



AEEDOS



As crônicas de Fernão Lopes e as representações do feminino no baixo medievo ibérico

Mariana Bonat Trevisan¹

Explicitaremos parte de nosso atual projeto de estudo referente à estratégia de legitimação política de Avis a partir das representações de Inês de Castro (1325-1355), Leonor Teles (1350-1386) e Filipa de Lencastre (1360-1415) na obra de Fernão Lopes (1380-1459), cronista oficial da dinastia avisina. Devido a limitações de tempo e espaço, circunscrevemos uma comparação entre Inês e Leonor, as quais fizeram parte do contexto dos dois últimos reinados da Dinastia de Borgonha em Portugal, entre a metade e o fim do século XIV. Suas representações, bastante diversas entre si, permitem-nos perceber importantes aspectos relacionados ao imaginário medieval acerca das relações entre os gêneros, bem como a forma como estes dados são mobilizados na construção do discurso lopeano para a legitimação de Avis, dinastia que substituiu a borgonhesa.

Inês e Leonor, a partir de suas relações afetivas com os reis de Portugal, influenciaram os rumos do reino, seja gerando descendentes que disputariam o trono com o Mestre de Avis (como foi o caso dos filhos de Inês) ou até mesmo regendo o território (como ocorreu com Leonor). Tais influências foram trabalhadas na construção da memória avisina, de modo a garantir à dinastia iniciada por D. João I uma imagem legítima, visto que ambas as personagens estavam relacionadas aos grupos políticos opostos à causa do mestre.

O final do século XIV e o início do XV constituem um agitado período da História portuguesa, marcado pela crise política que culminou na fundação da Casa de Avis por D. João I (1385-1433), filho bastardo do rei D. Pedro I (1357-1367). O monarca Pedro tivera da infanta castelhana Constança Manuel (1318-1345) Fernando (1367-1383), quem, após seu pai,

foi o último rei da Casa de Borgonha. Já D. João, era filho de D. Pedro com Teresa Lourenço, mulher com a qual ele dormira após a morte de sua amante Inês de Castro (1325-1355).

A morte de D. Fernando, sem deixar varão legítimo, gerou uma profunda crise no reino, que foi regido por sua mulher, a rainha Leonor Teles. A oposição de grupos insatisfeitos, somada ao fato de que Portugal poderia cair em mãos castelhanas devido à infanta Beatriz (filha de Fernando e Leonor) ser casada com o rei de Castela João I, fez o poder de Leonor durar pouco tempo. Houve uma divisão entre os nobres que apoiavam Leonor e Beatriz, e outra parte da nobreza, insatisfeita, aliada aos homens das cidades e grande parte da população, que queriam a ascensão do Mestre de Avis. A disputa assume o caráter de uma guerra contra a vizinha Castela, visando manter a integridade do reino português. Entre os concorrentes à sucessão do trono, D. João I acabou se mostrando como opção viável, ganhando força em decorrência de fatores como a prisão pelo rei castelhano de outro filho de D. Pedro, o infante também João, mas filho do monarca com sua amada Inês de Castro. Já Leonor Teles, após fugir para Castela, pedindo auxílio ao genro castelhano, acaba sendo aprisionada por este. O caminho para a ascensão do Mestre de Avis foi possibilitado, o que acabou ocorrendo nas Cortes de Coimbra em 1385².

É desta forma que surge a Dinastia de Avis, iniciada por um bastardo régio após uma grave crise em Portugal e o enfrentamento do perigo castelhano. Para a consolidação desta casa real, na qual pairava certa aura de ilegitimidade³, foram utilizados diversos recursos. Vânia Fróes concebe a política de legitimação de Avis como o *discurso do Paço*, o qual incluía festas públicas, teatro, crônicas e uma prosa didático-moral dos monarcas avisinos⁴. A nomeação de Fernão Lopes para pôr em crônica os reinados dos reis portugueses insere-se neste panorama.

Com a relevante afirmação do poder monárquico na baixa Idade Média, os reis e as dinastias passam cada vez mais a serem objetos dos cronistas. Bernard Guenée cita a criação pelo rei Carlos VII de França do cargo de cronista oficial em 1437. Outros príncipes também criaram esta função e instituíram, a partir da crônica régia, uma espécie de história oficial⁵. É o caso de D. Duarte (1433-1438), que em 1434, um ano após a morte de seu pai D. João I, instituiu Fernão Lopes na função de cronista régio. A crônica, constituindo uma espécie de relato histórico, serviria como instrumento para a memória, visando transmitir à posteridade um relato simples e verdadeiro de fatos dignos de lembrança⁶. De acordo com Maria Helena Coelho, a construção da memória joanina foi, na verdade, um simbólico capital para a realeza

de que o herdeiro do trono muito cuidou ⁷. A elaboração de uma imagem legítima para Avis (e de uma ilegítima para seus adversários) era fundamental para uma sociedade que se afirmava sobre o passado.

Fernão Lopes pode ser entendido a partir da categoria de *homem de saber*, enunciada por Jacques Verger, pois era um indivíduo que havia obtido ensino e cultura, mas possuía compromissos com o poder⁸, mormente com a nova dinastia estabelecida em Portugal. Contudo, a trajetória deste homem que não provinha da nobreza, mas que conseguiu, através de seu saber e privança, ascender na corte portuguesa e angariar a confiança régia é ao mesmo tempo singular. Fernão Lopes começou em 1418 no cargo de tabelião-geral e Guardador das Escrituras do Arquivo da Torre do Tombo. Em 1434 D. Duarte concedeu-lhe boa tença pelo trabalho de transformar em crônica as histórias dos reis de Portugal. Em 1454, o cronista foi afastado da função na Torre do Tombo por estar “*mui velho e flaco*”, cinco anos depois da batalha de Alfarrobeira. Batalha na qual o infante D. Pedro, a quem Fernão Lopes era bastante ligado (assim como fora com D. Duarte), saiu derrotado. As crônicas seguramente atribuídas ao cronista são: a *Crônica de D. Pedro I*, a *Crônica de D. Fernando* e as duas primeiras partes da *Crônica de D. João I*⁹.

Em seu relato cronístico encontramos, entre diversas realidades sociais presentes, a preponderância dos personagens ligados à corte. O estudo referente à nobreza ibérica dos séculos XIV e XV revela aparentemente um mundo masculino, no qual homens faziam e desfaziam vínculos nas cortes, procurando um bom estabelecimento e proximidade aos reis. Conforme Fátima Fernandes, muitas vezes o que determinava a posição de um nobre nestas sociedades não era tanto a linhagem ou procedência geográfica, mas sim a privança régia¹⁰. Mas é preciso ressaltar que não só os homens buscavam ascensão e proximidade à figura do monarca. As mulheres também procuravam boas condições de estabelecimento nas cortes, exercendo inclusive influência política nos reinos. Segundo Rita Gomes, a instituição de um núcleo feminino (o gineceu) no interior da corte, compondo a Casa das rainhas, é de fundamental importância neste contexto social¹¹. Neste âmbito, a presença das aias era bastante significativa.

Geralmente descendentes de importantes linhagens, as aias tinham sua criação a cargo de outrem, nas cortes régias ou em casas de senhores poderosos. Esta criação poderia lhes render um estabelecimento vantajoso, principalmente se tivessem um envolvimento amoroso com os reis¹², tal qual ocorreu com Inês de Castro e Leonor Teles, mesmo que seus destinos

tenham sido totalmente diferentes. Através de sua posição na corte, como aia da infanta Constança Manuel (a esposa de D. Pedro), Inês de Castro (uma filha ilegítima do castelhano Pero Fernández de Castro) conhece o ainda infante Pedro. Já Leonor Teles, descendente da importante linhagem castelhana dos Teles de Meneses, conhece o rei D. Fernando na casa de Beatriz (filha de Inês de Castro e D. Pedro).

Inês de Castro terá um fim trágico, sendo assassinada em 1355, mas deixando herdeiros que foram legitimados pelo rei Pedro, através da Declaração de Cantanhede, em 1360. Nesta, o monarca afirmara ter casado secretamente com Inês, não assumindo publicamente o matrimônio antes por medo da reação de seu pai, que mesmo assim teria mandado matar a aia por conselho de seus privados. Os motivos para tal morte seriam uma possível disputa do trono entre os bastardos e o herdeiro legítimo, a influência dos parentes de Inês sobre o ainda infante Pedro (incitando-o a tomar a coroa de Castela) e uma preocupação dos próprios conselheiros de perderem sua privança para os Castro. A morte da dama gerou a revolta do amante e um conflito entre o infante e seu pai, fazendo Pedro cometer atos injustos, como a destruição de cidades tais como a do Porto. O problema só viria a ser resolvido após a intervenção da rainha Beatriz, mãe do infante.

Já Leonor Teles era uma mulher casada e com um filho, o que não foi empecilho para o rei Fernando tomá-la. Leonor tem um destino bastante diferente do de Inês, pois, contra acordos matrimoniais tratados anteriormente e contra o desejo de grupos sociais de ter o rei casado com uma descendente de nobre realeza, o monarca consegue concretizar casamento com a dama, primeiro secreto e depois público. Além disto, Fernando concede à sua rainha a regência do reino, conforme o Tratado de Salvaterra de Magos (1383). E após a morte do rei, ela efetivamente exerce o poder, pois sua filha, a infanta Beatriz não possuía um varão com idade suficiente¹³.

Interessa-nos compreender qual o lugar de Inês de Castro e Leonor Teles na narrativa lopeana e o que suas representações denotam para o contexto político, social e cultural do período em que ele escreve. Desta forma, buscamos associar gênero e poder, compreendendo o gênero, tal como Joan Scott, como um aspecto geral da organização social, que pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder¹⁴. Consideramos tal posição essencial para nosso estudo sobre as representações que Fernão Lopes constrói de Inês de Castro e Leonor Teles, porque o autor se utiliza de características atribuídas às relações entre

os sexos para valorizar, reprovar ou silenciar a atuação das personagens no contexto de legitimação do poder avísino, no qual e para o qual escreve.

Sendo assim, selecionamos alguns trechos da *Crónica de D. Pedro I* e da *Crónica de D. Fernando* que tratam da intenção dos reis de legitimarem suas relações com Inês e Leonor através do matrimônio. Segundo Miriam Coser, a obrigatoriedade da publicidade e do caráter sacramental do casamento está intimamente ligada com as relações políticas e econômicas que o matrimônio engendrava. O casamento era um negócio entre homens e linhagens¹⁵. Para os infantes que se tornariam reis e modelos primordiais de conduta no reino esta obrigação tinha um peso ainda maior. É a partir destes pressupostos que Fernão Lopes constrói suas representações acerca dos relacionamentos de D. Pedro I com Inês de Castro e de Leonor Teles com D. Fernando, deslegitimando de maneira diversa os dois matrimônios. Com relação à declaração de casamento secreto de D. Pedro I alguns anos após a morte de Inês e de Afonso IV, Fernão Lopes constrói sua versão de modo a colocar em grande dúvida a legitimidade do matrimônio. Já no início, temos a reflexão que o cronista faz:

[...] aquelles que de chaão e simprez emtemder eram, nom escodrinhamdo bem o teçimento de taaes cousas, ligeiramente lhe derom fé, outorgando seer verdade todo aquello que alli ouvirom. Outros mais sotiis demtender, leterados e bem discretos, que os termos de tal feito mui delgado investigarom, buscamdo se aquello que ouviram podia seer verdade, ou per o contrario; nom receberom isto em seus emtendimentos, pareçemdolhe do todo seer muito contra razom. [...].¹⁶

Percebe-se como o autor usa um artifício retórico, classificando sutilmente quem não acreditava no relato de Cantanhede como “letrados” ou “prudentes homens”, atribuindo-lhes valor por isso. Em seguida, Fernão Lopes questiona de forma ainda mais profunda o fato de terem as testemunhas do casamento, e principalmente o monarca, esquecido a data do ato, pois tal dia seria da “*essemçia da renembrança*”¹⁷. O cronista procura validar seu discurso à medida que insere uma discussão filosófica, citando inclusive Aristóteles. Ao colocar em cheque a legalidade da relação de Pedro e Inês, busca legitimar o reinado de D. João e seus sucessores, pois desta forma deslegitima os descendentes de Inês e Pedro, tirando seu possível direito à coroa portuguesa no lugar do Mestre de Avis.

Quanto ao casamento de Leonor Teles e D. Fernando, que ocorreu primeiro secretamente e depois publicamente, o cronista busca desqualificá-lo através de argumentos como o fato de ter contrariado interesses políticos, pois já existia acordo matrimonial do rei com a filha do rei de Castela:

Ca pois que os antijos derom por doutrina, que ho Rei na molher que ouvesse de tomar, principalmente devia desguardar nobreza de geeraçom, mais que outra alguma cousa, que aquel que comtrario desto fazia, nom lhe vijnha de boom siso, mas de sandiçe, [...] e pois que elRei Dom Fernando leixava filhas de tam altos Reis, com que lhe davam grandes e homrrosos casamentos, e tomava Dona Lionor [...]”¹⁸.

Novamente, recorre-se à autoridade e sabedoria dos “antigos” para afirmar que os reis deveriam casar com mulheres de nobre geração. A paixão não faz parte da razão e o rei enamorado só pode cometer atos sem juízo. O casamento com Leonor é colocado no âmbito da sandice, sendo que a loucura teria sido conduzida por uma má mulher que teria o “enfeitado”: “[...] *huu tam boom rrei como elle por huua maa molher que o tinha enfeitado*[...]”¹⁹. O valor negativo da feitiçaria é atribuído à Leonor Teles através de um discurso conferido à arraia-miúda, representada por Fernão Vasquez e dirigido ao rei. Além disto, pode-se perceber como a figura da rainha traz problemas internos para o reino (prejudicando a ordem social ao gerar descontentamento da população) e externos (pois a quebra do acordo matrimonial com Castela afetou as relações com o reino vizinho). Outro ponto fundamental é o descompromisso que o rei demonstra em seu ato insano para com o bem comum, colocando acima desta prerrogativa essencial do ofício régio seu interesse particular, algo nada exemplar para um monarca.

Ao longo das duas crônicas, através de argumentos que ligam parentesco, interesses coletivos, índole e atributos de gênero, Fernão Lopes constrói a legitimação avisina: Inês de Castro tem sua menção ligada exclusivamente ao amor que o monarca Pedro lhe tinha. A dama não tem voz na crônica, não tem caracterização física, é silenciosa e aparece muito menos que Leonor Teles, a qual foi muito além e presente de maneira direta no poder. Leonor, por sua vez, tem voz e é descrita diversas vezes, ressaltada numa perigosa beleza física, desqualificada em seus atributos morais (tal como a dissimulação e falsidade em sua conduta benéfica ou em sua fidelidade para com o marido), mesmo sendo através de discursos que o cronista atribui a outros personagens. Conforme Carlos Nogueira, mulheres como Inês de Castro e Leonor Teles, que exerceram influência nas questões do poder, aparecem nas representações cronísticas de modo a romper o instável equilíbrio entre as grandes famílias aristocráticas e a Coroa portuguesa, sempre ameaçada, dada a intrincada rede de casamentos e a pretensão hegemônica do reino castelhano²⁰.

Filipa de Lencastre e sua alta linhagem inglesa (sendo neta do rei Eduardo III e filha de João de Gand, duque de Lancaster) rompe com esta representação, pois simbolizava tanto o que uma rainha deveria ser para aquele contexto, quanto uma aliança de Portugal com um reino importante como o inglês, a que colaboraria para a legitimação de Avis e o ganho de um aliado essencial contra Castela. Tanto Inês quanto Leonor contrariavam o princípio de que os reis deveriam casar com infantas, descendentes de nobre realeza. Filipa de Lencastre, que se torna mulher do Mestre de Avis, é quem servirá de grande modelo para isso na segunda parte da *Crónica de D. João I*, denotando exemplo de conduta feminina através de características como uma notável devoção religiosa, a obediência e não interferência em assuntos políticos. Através de mecanismos discursivos como a deslegitimação do matrimônio de Inês de Castro e Leonor Teles com os reis portugueses, Fernão Lopes legitima Avis. D. Pedro e D. Fernando, assim como suas amadas, constituem parte essencial para a realização do destino português: a ascensão do Mestre de Avis e dos infantes da Ínclita Geração.

Referências bibliográficas

COELHO, Maria Helena da Cruz. “Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis.” In: Carlos Roberto NOGUEIRA. *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo: Alameda, 2010.

COSER, Miriam Cabral. *Política e gênero: o modelo de rainha nas crônicas de Fernão Lopes e Zurara (Portugal – Séc. XV)*. Tese (Doutorado em História Social – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

FERNANDES, Fátima Regina. “A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular”. In: *En la España Medieval*, n. 28, p. 155-176, 2005.

_____. “As potencialidades de aia na Baixa Idade Média”. *Estudios de Historia de España*, Buenos Aires, n. 7, p.77 – 96, 2005.

FRÓES, Vânia Leite. “Teatro como Missão e espaço de encontro de culturas. Estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XV”. In: *Actas do Congresso Internacional de História – Missão Portuguesa e Encontro de Culturas*. Vol. III; Igreja, Sociedade e Missão. Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Evangelização e Culturas. Braga, 1993.

GUENÉE, Bernard. “História”. In: LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, Bauru/SP: EDUSC, 2002.

GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. “Amor de Perdição: As mulheres entre a monarquia e o poder aristocrático no Portugal do século XIV.” In: MEGIANI, A. P. T.; SAMPAIO, J. P. (Orgs.) *Inês de Castro: A época e a memória*. São Paulo: Alameda, 2008

OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987.

SARAIVA, António José *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988.

SCOTT, Joan. “Prefácio à Gender and Politics of History”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, v.3, pp. 11-27, 1994.

VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da UFF. Desenvolve pesquisa ligada ao grupo *Scriptorium*, sob orientação da Profa. Dra. Vânia Leite Fróes.

² OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, pp. 523-530.

³ SARAIVA, António José *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 166.

⁴ FRÓES, Vânia Leite. “Teatro como Missão e espaço de encontro de culturas. Estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XV.” In: *Actas do Congresso Internacional de História – Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas*. Vol. III; Igreja, Sociedade e Missionaçã. Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Evangelizaçã e Culturas. Braga, 1993, pp.183-202.

⁵ GUENÉE, Bernard. “História”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002, v. 1, p. 530.

⁶ *Ibid.* p. 526 e 527.

⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz. “Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis.” In: NOGUEIRA, Carlos Roberto. *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 76.

⁸ VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 9.

⁹ Muito se discute sobre a possibilidade de outras obras, tais como a denominada *Crónica de Portugal de 1419*, serem de sua autoria. Em nossa pesquisa, privilegiamos as crônicas que compõem a trilogia assegurada.

¹⁰ FERNANDES, Fátima Regina. “A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular.” In: *En la España Medieval*, n. 28, p. 155-176, 2005, p. 171.

¹¹ GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p. 46.

¹² FERNANDES, Fátima Regina. “As potencialidades de aia na Baixa Idade Média”. *Estudios de Historia de España*, Buenos Aires, n. 7, 2005, p.78.

¹³ OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de. *Portugal na Crise...*, *op. cit.*, p. 522-3.

¹⁴ SCOTT, Joan. “Prefácio à Gender and Politics of History”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, v.3, pp. 11-27, 1994, p. 20.

¹⁵ COSER, Miriam Cabral. *Política e gênero: o modelo de rainha nas crônicas de Fernão Lopes e Zurara (Portugal – Séc. XV)*. Tese (Doutorado em História Social – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, pp. 56- 61.

¹⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965, p. 135.

¹⁷ *Ibidem*, p. 137.

¹⁸ *Ibidem*, p. 168.

¹⁹ *Ibidem*, p. 162.

²⁰ NOGUEIRA, Carlos Roberto F. “Amor de Perdição: As mulheres entre a monarquia e o poder aristocrático no Portugal do século XIV”. In: MEGIANI, A. P. T.; SAMPAIO, J. P. (Orgs.) *Inês de Castro: A época e a memória*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 57.